

## «Flutuações sem tendência»: uma revisão das teses sobre a evolução recente do comportamento eleitoral dos Britânicos

### I. OS ESTUDOS SOBRE O COMPORTAMENTO ELEITORAL NA GRÃ-BRETANHA

Os primeiros estudos ingleses, realizados no início dos anos 50, foram, tal como os seus inspiradores da escola de P. Lazarsfeld e B. Berelson, circunscritos a pequenas áreas do país (uma ou duas circunscrições eleitorais) e suportados por amostras de painel. Tinham o intuito de analisarem a evolução das atitudes dos votantes durante as campanhas eleitorais, assim como o seu contexto sócio-político.

Realçaram a importância da socialização familiar e da condição de classe nas orientações políticas, assim como a percepção selectiva das mensagens políticas. Por outro lado, os eleitores voláteis eram indivíduos com reduzida informação e interesse pela política, obedecendo mais a pressões sociais cruzadas do que a um processo individual de racionalização da decisão de voto.

A partir dos anos 60, tal como já tinha acontecido nos EUA, o «modelo sócio-psicológico» (Universidade do Michigan) começou a ser aplicado pela dupla Butler/Stokes<sup>1</sup>, suplantando o anterior. Essa inovação teve quatro consequências principais.

Os estudos sobre o comportamento eleitoral passaram a basear-se em amostragens nacionais. Passaram a realizar-se, sistematicamente, trabalhos

---

\* Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

<sup>1</sup> Esses estudos iniciaram os chamados *British election studies* (BES). Das eleições analisadas por Butler e Stokes resultariam os livros de Butler e Stokes (1969 e 1974), *Political Change in Britain*, Basingstoke, Macmillan. Entre 1974 e 1979, os BES seriam conduzidos

sobre amostras nacionais, em painel, durante os períodos entre as eleições e não apenas durante as campanhas eleitorais. Foi introduzido o conceito de identificação partidária (*party identification*) no estudo do comportamento eleitoral dos Britânicos, embora renomeado de auto-imagem partidária (*partisan self image*)<sup>2</sup>. A identificação partidária era transmitida intergeracionalmente de pais para filhos e a relativa homogeneidade dos contextos sociais, assim como a base classista da política britânica, reforçavam essa tendência através das lealdades políticas nos grupos sociais. A *partisan self image* tinha a função de ajudar os eleitores a lidarem com a informação e as complexidades do universo político, orientando-os nas suas escolhas. A adoção do modelo sócio-psicológico resultou, tal como no «modelo sociológico» anterior, numa clara ênfase nas tendências de longo prazo do comportamento eleitoral face aos efeitos de conjuntura (Curtice, 1994, pp. 271-275).

A equipa de Essex (Ivor Crewe e Bo Särilvik) veio pôr em questão a abordagem teórica anterior. A imagem de um eleitorado estável, cujas simpatias estavam mais ou menos equitativamente repartidas entre os dois grandes partidos, não se adequava às análises resultantes das sondagens nem aos próprios resultados eleitorais.

Em 1950 os trabalhistas detinham 46,8% dos votos e os conservadores 43%, acumulando os dois partidos 89,8%. Entre as eleições de 1951 e as de 1970, inclusive, os dois maiores partidos nunca recolheram menos de 87,5% dos votos, registando-se na maioria das eleições percentagens na ordem dos 90% ou mais.

Entre as eleições de Fevereiro de 1974 e as de 1987, a maior quota dos votos conjuntos dos dois maiores partidos foi de 83,7%. Nas restantes elei-

---

por uma equipa da Universidade de Essex liderada por Ivor Crewe e Bo Särilvik. Desses trabalhos resultaria o livro de Särilvik e Crewe *Decade of Dealignment*. A partir das eleições de 1983, e pelo menos até às eleições de 1992, a condução dos BES foi liderada por Anthony Heath, da Universidade de Oxford, Roger Jowell, do Social and Community Planning Research, e John Curtice, da Universidade de Liverpool, e, posteriormente, Strathclyde. As eleições de 1983 estão analisadas em Heath *et al.* (1985), *How Britain Votes*, Oxford, Pergamon Press. A análise das eleições parlamentares de 1987, assim como uma comparação com todos os estudos realizados no âmbito dos BES, desde Butler e Stokes, estão consubstanciadas no livro de Heath *et al.* (1991), *Understanding Political Change...* Os estudos sobre o comportamento eleitoral realizados no âmbito dos BES não esgotam a totalidade dos estudos britânicos sobre essa matéria. Em primeiro lugar, não abrangem as análises ecológicas, de que são exemplos os inúmeros trabalhos realizados pela equipa liderada por R. Johnston. O livro de Johnston *et al.* (1988), *A Nation Dividing?*, Londres, Longman Press, é um exemplo desses estudos. Por outro lado, não abrangem inúmeros outros estudos eleitorais através de sondagens, realizados por académicos e financiados quer pelas respectivas universidades, quer pelos meios de comunicação social, quer por outros fundos privados (Curtice, 1994; Dunleavy, 1990).

<sup>3</sup> A auto-identificação partidária, caso o votante alterasse o sentido de voto de umas eleições para outras, era menos estável do que nos EUA, ou seja, tendia mais a alterar-se de acordo com a alteração no sentido de voto. Para além disso, estava mais associada à posição de classe dos indivíduos do que no caso norte-americano.

ções parlamentares registaram uma percentagem conjunta de votos sempre abaixo dos 80%. Neste período, os conservadores britânicos afirmaram-se como o partido dominante já que, nas cinco eleições entre Fevereiro de 1974 e 1987 venceram três e numa das outras duas (Fevereiro de 1974) alcançaram o mesmo resultado que os trabalhistas. Aliás, no cenário dessas alterações, os trabalhistas foram o partido mais prejudicado, pois, exceptuando Outubro de 1974, registaram sempre valores abaixo dos 40%, facto nunca registado no período entre 1945 e 1970.

Este cenário resultou, sobretudo, da (re)ascensão do Partido Liberal, que entre 1974 e 1987 registou sempre valores próximos ou acima dos 20% — exceptuando 1979 (14,1%). Entre 1945 e 1970, a única vez que esse partido ficou acima dos 10% (11,4%) foi em 1964.

A contestação encetada pela equipa da Universidade de Essex radicou na assumpção de que as solidariedades de classe e a identificação partidária tinham perdido grande parte da sua força enquanto determinantes das opções políticas (Curtice, 1990, pp. 275-277).

Este é o pano de fundo teórico-metodológico no qual se inscreve o trabalho da equipa liderada por Anthony Heath.

## II. O DECLÍNIO DA IMPORTÂNCIA DA IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA E A VOLATILIDADE ELEITORAL

O declínio da importância da identificação partidária estaria ligado ao aparecimento de um novo perfil de eleitor, mais inclinado a votar de acordo com a apreciação que faz do desempenho dos «incumbentes»<sup>3</sup>, das propostas dos partidos e do perfil dos candidatos. Estas mudanças estariam na base de uma tendência muito maior para a volatilidade eleitoral.

Entre 1964 e 1987 regista-se, de facto, um aumento da percentagem dos indivíduos que não se identificam com qualquer partido: de 7% para 14%. Mas as maiores mudanças ocorreram ao nível da força da identificação partidária, tendo a percentagem dos indivíduos que se identificavam «fortemente» (*strong identifiers*) com qualquer partido passado de 48% em 1964 para 23% em 1987. A maior transformação ocorreu em 1974, continuando no período posterior.

Todavia, segundo Heath *et al.*, concentrarmo-nos apenas nos indivíduos com forte identificação levar-nos-ia a exagerar a tendência. Se considerarmos em conjunto os eleitores forte e medianamente identificados com um partido, a alteração é de 88% para 71%, ou seja, em vez de uma descida de 25 pontos percentuais, temos uma de 17. Este dado é tanto mais importante

---

<sup>3</sup> Em inglês o termo *incumbents* é utilizado para designar o executivo [e o(s) partido(s) que o apoia(m)] que esteve em funções no período imediatamente anterior às eleições para o respectivo órgão.

quanto se sabe que a lealdade partidária/eleitoral destes dois tipos de *identifiers* é muito idêntica.

Por outro lado, é no seio dos votantes do Partido Liberal que se regista uma maior percentagem de indivíduos com fraca identificação, o que é compreensível, dado o carácter mais recente da «adesão» de grande parte dos seus eleitores (Heath *et al.*, 1991, p. 13).

Assim, relativiza-se o impacto eleitoral do declínio da identificação partidária. Questiona-se, portanto, a tese da perda de importância desse factor para a explicação dos alinhamentos eleitorais na política britânica a partir dos anos 70.

Quanto à volatilidade eleitoral<sup>4</sup>, usando o *índice de dissemelhança*, verifica-se que a volatilidade líquida foi baixa nos anos 50, subiu um pouco nos anos 60 e atingiu o seu pico nos anos 70 (sobretudo devido às mudanças entre as eleições de 1970 e as de Fevereiro de 1974). Nos anos 80, as eleições de 1983 face a 1979 registaram elevada volatilidade, mas as de 1987

---

<sup>4</sup> Heath *et al.* analisam dois tipos de volatilidade. A *volatilidade líquida*, que pode ser calculada a partir dos resultados oficiais, diz respeito ao conjunto de mudanças na distribuição dos votos entre os partidos de umas eleições para outras. São utilizadas duas medidas para a volatilidade líquida. Uma é o *índice de dissemelhança (index of dissimilarity)* entre cada dois pares de eleições: somam-se os valores das diferenças (em módulo) nas percentagens de votos de cada um dos partidos de umas eleições para outras e divide-se a soma total por dois. Esta medida é a mais adequada para um sistema multipartidário. A outra medida, mais adequada para um sistema bipartidário, considera apenas o valor da diferença entre a percentagem de votos do partido no poder em determinadas eleições face ao seu *score* nas eleições anteriores. Trata-se, portanto, da aferição da mudança no resultado dos incumbentes. A *volatilidade total* refere-se ao volume total de transferências de votos que teve lugar entre duas eleições. Pode ter-se um elevado volume de transferências de votos (volatilidade total) sem que haja, necessariamente, alterações ao nível da distribuição dos votos entre os partidos (volatilidade líquida). Tal ocorrerá sempre que as transferências de um partido para outro sejam correspondidas por idêntico volume de transferências em sentido inverso. Donde, para avaliar a existência de acréscimo de volatilidade, a volatilidade total assume maior relevo. A *volatilidade total*, ao contrário da líquida, tem de ser calculada através dos dados das sondagens, recorrendo às *matrizes de transferências de votos*. Essas matrizes foram calculadas pelos autores do seguinte modo. Para a volatilidade entre 1983 e 1987, primeiro, tiveram de obter-se os resultados oficiais dessas eleições quanto aos votos e à abstenção, dados que fornecem os totais marginais. Em segundo lugar, a partir dos dados demográficos, estimou-se a proporção de indivíduos que só atingiram a idade de votar após 1983 e até 1987. O respectivo sentido de voto foi estimado a partir das sondagens. Em terceiro lugar, continuando a usar as estatísticas demográficas, estimou-se a percentagem de indivíduos que saíram do eleitorado após 1983 e antes de 1987 por morte. Tal como no caso dos novos eleitores, o comportamento dos que saíram também foi estimado a partir das sondagens. Os dados demográficos referentes às migrações foram negligenciados por envolverem reduzidíssimos efectivos. Em quarto lugar, usaram-se os dados do painel realizado entre as eleições de 1983 e 1987 para estimar o comportamento eleitoral dos que eram elegíveis para votarem em ambas as eleições. Estes dados foram então ajustados através da *técnica do ajustamento proporcional marginal*, isto é, tendo em conta os resultados oficiais, que constituem os totais marginais, com os resultados dos partidos e da abstenção, é que deverão constituir a soma exacta dos parciais em cada célula (Heath *et al.*, 1991, pp. 16-24 e notas 7 e 10).

(face a 1983) registaram uma descida pronunciada. Contudo, grande parte dos incrementos de volatilidade entre cada par de eleições estão associados ao facto de o Partido Liberal apresentar candidatos num elevado número de circunscrições, ou seja, remetem tanto para alterações na oferta política, como para transformações no perfil motivacional dos eleitores.

Usando a outra medida de volatilidade líquida (a variação na votação dos «incumbentes»), o panorama é diverso. Níveis elevados de volatilidade têm estado presentes desde o início dos anos 60, sobretudo se se ignorarem as curtas administrações trabalhistas entre 1964 e 1966 e Fevereiro e Outubro de 1974. Com esta medida, também as eleições de 1987 face a 1983 se apresentam como marcadamente voláteis. Contrastada caso a caso com a anterior, esta medida revela duas coisas: primeiro, o voto de protesto face aos incumbentes foi sempre elevado nos vinte e cinco anos anteriores às eleições de 1987; segundo, não se registaram grandes incrementos da sua magnitude durante todo o período (*ibid.*, pp. 16-18).

Em termos de volatilidade total, o indicador mais adequado para analisar a volatilidade entre 1983 e 1987, Heath *et al.* estimam que 53% dos indivíduos votaram do mesmo modo (ou abstiveram-se), e esse valor sobe para 63%, se se considerarem apenas os elegíveis para votarem nas duas eleições. Neste caso, fora da diagonal principal da matriz ficam apenas 37% de pessoas que alteraram o seu comportamento de umas eleições para outras. Quanto a esses eleitores móveis, há a registar três fenómenos: muito reduzido volume de transferências entre os trabalhistas e os conservadores (menos de 1%), ao contrário do que se passa entre estes dois partidos e a *Alliance* (cerca de 8% de transferências); a maior parte da mudança de comportamento entre eleições ocorre entre a abstenção e o voto, ou vice-versa (cerca de 20%).

Na medida em que se utilizam os resultados oficiais para os totais marginais e aqueles sobrestimam a abstenção, dado que a mobilidade incide especialmente entre abstencionistas e votantes, esta última tenderá a estar também sobrestimada. Muitas vezes, embora com notáveis excepções, grande parte da abstenção é circunstancialmente forçada (doença, necessidade de trabalhar no dia das eleições, etc.); daí que a equipa de Oxford proponha uma outra medida da volatilidade total, excluindo os abstencionistas. Com este novo indicador, a estabilidade das opções entre 1983 e 1987 rondaria os 81%.

Em termos de tendências de volatilidade total entre 1959 e 1987, usando as três medidas propostas (percentagem total do eleitorado que mudou de umas eleições para outras; percentagem dos eleitores em ambas as eleições que mudaram de umas eleições para outras e percentagem dos votantes que mudaram), regista-se que com nenhuma delas se verificam grandes mudanças ao longo do período, sendo as diferenças reduzidas e, sobretudo, *não evidencian-do qualquer tendência clara para o incremento contínuo da volatilidade eleitoral*. O pico da volatilidade foi entre 1970 e Fevereiro de 1974, mas desde então oscilou algo erraticamente, registando-se entre 1983 e 1987 um valor

idêntico (para qualquer das medidas) à média dos trinta anos analisados (*ibid.*, p. 20).

Portanto, quanto à volatilidade eleitoral entre o início dos anos 60 e o final dos anos 80, Heath *et al.* concluem pela existência de flutuações sem tendência (*trendless fluctuation*), ou seja, se é verdade que a mobilidade eleitoral foi maior nos anos 80 do que nos 60, também é verdade que já tinha sido maior nos anos 70. Portanto, os autores consideram não existir base empírica para sustentar a tese de que tem havido uma tendência para um aumento crescente da volatilidade<sup>5</sup>.

Da ausência geral de tendências quanto à volatilidade eleitoral concluem os autores que *grande parte dos aumentos na volatilidade líquida a partir dos anos 70 se deverão mais a alterações na oferta política* (enorme incremento da apresentação de candidaturas liberais/*Alliance*; cisão no Partido Trabalhista, com a formação do SDP; radicalização ideológica de trabalhistas e conservadores) do que a alterações no perfil motivacional dos eleitores (*ibid.*, pp. 25-26).

### III. O MODELO DO ELEITOR RACIONAL

Sendo certo que se regista uma maior correlação entre as atitudes dos eleitores face às *issues*<sup>6</sup> e o seu sentido de voto desde os anos 70, é preciso perceber, mais uma vez, em que medida isso se deve a alterações no perfil motivacional dos eleitores ou a alterações nas circunstâncias políticas.

Uma das medidas da alteração verificada na oferta política é a percepção que os eleitores têm da distância ideológica entre os partidos. Face ao período anterior, entre Outubro de 1974 e 1979 regista-se um certo incremento da proporção de indivíduos que consideram existir uma diferença substancial entre os partidos. Contudo, nas duas eleições dos anos 80 esse incremento é brutal (quase duplica a percentagem de 1979). Essa percepção de crescente polarização ideológica é concomitante com a ascensão dos liberais e da *Alliance*. Nestes casos de polarização, o modelo do eleitor racional prevê que os eleitores converjam para terceiros partidos centristas.

---

<sup>5</sup> Recorrendo a análises multivariadas complexas (*log linear models*), detectam, contudo, algumas tendências na volatilidade, embora em pequena escala. A partir dos anos 70 regista-se uma tendência para o incremento da mobilidade eleitoral entre os trabalhistas e os liberais, a par de um decréscimo da mobilidade entre os primeiros e a abstenção. Quer dizer, se antes dos anos 70 os eleitores trabalhistas penalizavam o partido através da abstenção, a partir dessa altura regista-se uma penalização através da transferência para o Partido Liberal. Está aí um dos factores da (re)ascensão deste partido.

<sup>6</sup> O termo *issues* é utilizado para designar as questões mais relevantes nas lutas políticas e nas campanhas eleitorais, desde questões mais conjunturais (por exemplo, escândalos no governo, etc.) até questões mais ideológicas, como são as diferentes políticas públicas propostas pelos partidos.

Usando um conjunto de questões para medir as atitudes dos eleitores face às nacionalizações, privatizações, poder dos sindicatos e das grandes corporações empresariais, despesas com o Estado-Providência, desarmamento nuclear, etc., Heath *et al.* constatam que já em 1964 a posição face às *issues* contribuía para explicar o sentido de voto dos eleitores<sup>7</sup>.

Analisando o conjunto de actos eleitorais de 1964 a 1987, a equipa de Oxford constata que a importância das *issues* na determinação do voto acompanha a percepção do afastamento dos partidos em termos de políticas públicas. Se as motivações dos eleitores se mantêm relativamente constantes, quando é maior a polarização ideológica entre os partidos, mais o voto baseado na apreciação das *issues* tenderá a ser importante, porque as diferenças entre os partidos são melhor percebidas. Pelo contrário, quando há maior indiferenciação ideológica, a apreciação das *issues* tenderá a ter menos impacto no voto. De facto, é isso que se verifica no período analisado, excepção feita a 1979<sup>8</sup>.

Portanto, os autores concluem que as atitudes face às *issues* têm tido razoável importância na determinação do voto dos eleitores britânicos pelo menos desde 1964. A evolução da importância desses factores não mostra nenhuma tendência para o aumento crescente, ou seja, *tal como no caso da volatilidade, estaríamos perante flutuações sem tendência.*

#### IV. AVALIAÇÃO DIACRÓNICA DO DECLÍNIO DO VOTO DE CLASSE

Na avaliação da evolução do voto de classe primam as inovações metodológicas utilizadas pela equipa de Oxford face aos BES anteriores:

Em primeiro lugar, passam a utilizar a tipologia de classes concebida por John Goldthorpe, numa versão de cinco classes<sup>9</sup>.

---

<sup>7</sup> Fica a questão de saber se não se trata apenas de um efeito mediado da identificação partidária. Contudo, a ser assim, essas atitudes deveriam estar todas em consonância com as posições do partido e, portanto, correlacionadas umas com as outras, dada a mesma fonte comum (a identificação partidária). Nessa medida, se num conjunto de atitudes face a um conjunto de *issues* incluíssemos uma atitude face a um *issue* adicional, seria de esperar que o incremento de explicação fosse quase nulo, dada a elevada correlação entre as atitudes. Contudo, Heath *et al.* verificam que assim não foi em 1964 e que, enquanto certas pessoas votaram nos trabalhistas com base nas suas posições face ao desarmamento, outras fizeram-no com base nas suas posições face às nacionalizações. Donde, ao contrário do que era comum aceitar-se, o *issue voting* — orientações eleitorais tomadas com base na avaliação das *issues* — terá começado logo no início dos anos 60.

<sup>8</sup> Nessas eleições, apesar de os eleitores perceberem uma certa polarização entre os partidos, a apreciação das *issues* declina enquanto elemento explicativo do sentido de voto.

<sup>9</sup> Abandonando a tipologia ocupacional (hierárquica) dicotómica — demasiado agregadora e de questionável pertinência científica em termos de teorias das classes — usada até então, passam a usar o seguinte esquema: *classe de serviços* (grandes proprietários, gestores, directores, administradores, profissões liberais, profissões científicas e técnicas, quadros adminis-

Em segundo lugar, utilizam novas medidas relativas para analisar o voto de classe<sup>10</sup>.

As medidas de *voto absoluto de classe* referem-se à proporção de votantes que apoiam «o partido da sua classe». Esta medida está muito dependente dos totais marginais, quer dizer, varia consoante a dimensão relativa da classe no conjunto de votantes<sup>11</sup>.

As medidas de *voto relativo de classe*, pelo contrário, medem a força relativa dos partidos em várias classes. Conforme explicam os autores, se os trabalhistas perderem votos em todas as classes por igual, o voto absoluto de classe diminuirá, mas não o voto relativo (*odds ratios*). Pelo contrário, se os trabalhistas mantiverem a sua quota de voto na *working class* e ganharem votos na *middle class* à *Alliance*, o índice do voto absoluto mantém-se, mas o relativo desce, porque a força relativa dos trabalhistas nas várias classes se alterou<sup>12</sup> (Heath, 1986, pp. 260-271, e Heath *et. al.*, 1991, pp. 62-72).

O *voto absoluto de classe* declinou, de facto, entre 1964 e 1987, passando de 64% para 52%<sup>13</sup>. Ou seja, menos gente vota pelo partido da sua classe. As maiores descidas coincidem com o êxito eleitoral dos liberais. Estando os dois fenómenos associados, não pode decidir-se se o voto de classe diminui

---

trativos intermédios); *empregados executantes não manuais* (trabalhadores administrativos e outros assalariados não manuais do comércio e serviços); *pequena burguesia* (pequenos empregadores e trabalhadores independentes); *capatazes e técnicos manuais*; *trabalhadores assalariados manuais* ou *working class* (trabalhadores manuais assalariados da indústria e agricultura, sem funções técnicas ou de chefia).

<sup>10</sup> O *voto absoluto de classe* seria definido pela soma do valor absoluto dos indivíduos *middle class* que votam nos conservadores/liberais-*Alliance* com os indivíduos *working class* que votam nos trabalhistas — por vezes, os liberais-*Alliance* são excluídos desta contagem. O valor resultante é depois analisado em termos da respectiva percentagem face ao total de votantes. O *voto relativo de classe* recorre a duas medidas. O clássico *índice de Alford* (a percentagem de trabalhadores manuais menos os não manuais que votam nos trabalhistas — *mutatis mutandis* para os conservadores) e os *odds ratios* (*ratio* dos conservadores da classe média com os trabalhistas da classe média a dividir pelo *ratio* dos conservadores *working class* com os trabalhistas *working class*). O cálculo dos *odds ratios* pode ser feito utilizando apenas uma classificação dicotómica ou utilizando os vários pares possíveis do esquema de cinco classes, assim como incluindo ou não terceiros partidos. As comparações têm de ser feitas sempre aos pares, isto é, a força relativa de um partido face a outro numa determinada classe face a outra.

<sup>11</sup> A dependência desta medida (*voto absoluto de classe*) face aos totais marginais é fácil de entender se considerarmos que o voto de classe diminui se o estrato dos trabalhadores manuais se contrair, ainda que a mesma proporção destes continue a votar no Partido Trabalhista.

<sup>12</sup> A proposta dos *odds ratios* em alternativa ao índice de Alford é justificada pelo facto de que também este seria permeável à variação nos totais marginais, nomeadamente à alteração da força relativa dos partidos entre eleições. Deve sublinhar-se que estas distinções são consideradas absolutamente centrais para as teses propostas.

<sup>13</sup> Excluindo o voto liberal/*Alliance* da contagem, isto é, não considerando um partido de classe.

devido à popularidade dos liberais ou se a popularidade dos liberais se deve ao enfraquecimento do voto de classe. Contudo, se se incluírem os liberais/*Alliance* no índice, considerando-os um partido de classe média, a descida do respectivo valor é muito menos marcada: de 71 em 1964 para 66 em 1987.

Quanto ao *voto relativo de classe*, o cenário é diverso.

Em termos de quadros de dupla entrada, regista-se que os trabalhistas são sempre mais fortes na *working class* e, depois, nos *capatazes e técnicos manuais*. Os conservadores são sempre mais fortes na *pequena burguesia*, seguida da *classe de serviços*. Os liberais/*Alliance* são sempre mais fortes na *classe de serviços*.

Para além destes padrões, que continuam ao longo do período, há algumas mudanças a assinalar, ainda que sejam transversais aos partidos e classes. Em 1983 e 1987, o Partido Liberal, mais o SDP, melhoraram o seu resultado em todas as classes face a prévias eleições (salvo no que respeita aos *empregados executantes não manuais* nas duas eleições de 1974). Simultaneamente, nessas eleições dos anos 80, os trabalhistas pioraram o seu resultado em todas as classes, excepto na *pequena burguesia*. Quanto aos conservadores, a situação pouco se altera.

Para testarem com maior rigor a evolução do voto de classe Heath *et al.* recorrem aos *odds ratios* em combinação com modelos *log linear*. Concluem que a relação entre classe e voto não foi idêntica em todas as eleições. Contudo, observando o padrão evolutivo dos *odds ratios*, registam-se os seguintes fenómenos: (a) o voto de classe entre conservadores e trabalhistas é o mais alto de todos, mas flutua sem tendência consistente, isto é, desce de 1966 para 1970, volta a subir em 1974, desce um pouco em 1979, para voltar a subir em 1983, mantendo-se dessas para as eleições seguintes; (b) a comparação entre liberais e trabalhistas revela que os *odds ratios* têm valores idênticos aos da comparação anterior, significando que a base de classe dos liberais é mais semelhante à dos conservadores do que à dos trabalhistas, assim como revela idêntica ausência de qualquer tendência regular, embora a maior descida entre 1964 e 1987 se registre aqui; (c) a base de classe de liberais e conservadores é muito idêntica, pois os *odds ratios* são sempre muito baixos, havendo, para além disso, muito menos oscilações do que nos casos anteriores. Contudo, face aos anos 60, estes *odds ratios* sobem um pouco, facto que remete para uma maior diferença na base classista de liberais e *tories*.

Dada a *ausência de tendências regulares na evolução da relação entre classe e sentido de voto*, Heath *et al.* sublinham que grande parte da explicação das mudanças registadas na cena político-partidária britânica terá de ser encontrada em factores políticos, apesar de reconhecerem ser difícil apresentar provas definitivas nesta matéria (1991, pp. 62-84, 85-101 e 102-119).

## V. MUDANÇA SOCIAL, MUDANÇA POLÍTICA E TRANSFORMAÇÕES DO COMPORTAMENTO ELEITORAL

No capítulo final do livro, analisando o impacto das mudanças sócio-económicas e culturais na distribuição dos votos entre os partidos (1964 a 1987), regista-se que: as mudanças na estrutura de classes, no mercado habitacional, na clivagem regional Norte/Sul, nos níveis e tipos de sindicalização, no crescimento dos licenciados, no crescimento das minorias étnicas imigrantes e na secularização das crenças religiosas contribuem para explicar incrementos de votação de 2,7% nos conservadores e 1,8% nos liberais/*Alliance*, assim como um decréscimo de 4% nos trabalhistas — ou seja, estimativas muito aquém das mudanças efectivamente verificadas.

Com a introdução das variáveis políticas no modelo<sup>14</sup>, as transformações (estimadas) na distribuição dos votos entre os três partidos aproximam-se bastante daquilo que efectivamente se verificou: conservadores, - 2,3% para + 1,7%; liberais/*Alliance*, + 13,8% para + 12,8%; trabalhistas, - 11,6% para - 15,3%<sup>15</sup>. Neste caso, as reduzidas diferenças entre as alterações estimadas e as efectivamente verificadas podem ser acomodadas em influências de curto prazo, tais como a apreciação do desempenho dos partidos e das administrações durante o período (1991, pp. 200-224).

Baseando-se no pressuposto de que as transformações nas lealdades políticas (declínio da identificação partidária) e nas estruturas de classes (erosão das antigas lealdades classistas e aparecimento de novas clivagens) têm um carácter estrutural, ou seja, regular, Heath *et al.* defendem que, para que as mudanças políticas registadas desde os anos 70 na Grã-Bretanha pudessem ser primordialmente explicadas por esses fenómenos estruturais, teriam de ter também um carácter evolutivo, contínuo e regular. É precisamente o contrário que se verifica com as flutuações sem tendência.

Assim, de um modelo explicativo predominantemente *bottom up* passa-se para uma perspectiva eminentemente *top down*. Quer dizer, não se nega que as transformações nas lealdades políticas e nas estruturas de classes tenham contribuído para as mudanças no comportamento eleitoral dos Britânicos desde os anos 70; sublinha-se é que, dado o carácter irregular da evolução das tendências nas orientações partidário-eleitorais dos Britânicos nas décadas de 70 e 80, as alterações na oferta política terão de ter um peso explicativo substancialmente maior.

---

<sup>14</sup> As transformações políticas, cujo impacto na fortuna dos partidos se estima, são a extensão etária do *franchise*, o aumento das candidaturas liberais e do voto tático — em círculos nos quais o partido «preferido» não tem hipóteses de ganhar, trata-se de votar num outro partido, apenas para derrotar o partido «menos preferido» —, a formação do SDP e a polarização ideológica dos partidos.

<sup>15</sup> Para cada um dos partidos, trata-se das mudanças estimadas *versus* as mudanças efectivas, respectivamente.

Ivor Crewe (1992, pp. 337-339) apontou algumas lacunas em *Understanding Political Change...*, nomeadamente a ausência de análises sobre os efeitos das conjunturas políticas propriamente ditas e dos candidatos partidários sobre as escolhas dos eleitores britânicos.

De facto, em termos de influências de curto prazo, apenas a avaliação da gestão económica dos executivos e do clima económico em geral (Heath *et al.*, 1991, pp. 136-170) merece destaque. De resto, quanto às alterações na oferta política propriamente dita, apenas são considerados dados tais como o posicionamento ideológico dos partidos e a estrutura da oferta partidária. A ausência de análises sobre os efeitos das conjunturas políticas e dos candidatos partidários (a primeiro-ministro) — por exemplo, a guerra das Falklands ou a liderança de Thatcher — nas orientações do eleitorado é tanto mais grave quanto a equipa de Oxford coloca o acento tónico nas alterações da oferta política como elemento de explicação das alterações no comportamento eleitoral dos Britânicos.

Dennis Kavanagh fez outra objecção importante ao trabalho da equipa de Oxford. Afirma ele que o fraco declínio no voto relativo de classe se deve em grande parte às alterações metodológicas introduzidas. Quer dizer, ao separar os capatazes e técnicos manuais da *working class*, esse declínio reduziu-se substancialmente, na medida em que as maiores descidas no apoio dos trabalhadores manuais ao *Labour* se registaram precisamente naquele grupo (1986, pp. 21-25)<sup>16</sup>.

Em conclusão, cumpre-nos realçar a importância desta obra não apenas no âmbito dos estudos eleitorais britânicos, mas também da Europa ocidental em geral. Desde finais dos anos 70/meados dos anos 80 que se tem registado, um pouco por toda a Europa, um aumento de fenómenos como a volatilidade eleitoral, a crescente desafeecção aos partidos tradicionais, o surgimento de novos partidos, etc.

Para explicarem tais fenómenos, quer na Grã-Bretanha, quer no Ocidente, em geral, os estudiosos do comportamento eleitoral têm sublinhado, sobretudo, as transformações no lado da procura do mercado eleitoral, isto é, transformações nas tradicionais estruturas de clivagem (classe, religião, etc.), surgimento de novas clivagens (valores materialistas *versus* pós-materialistas, por exemplo) ou alterações no perfil motivacional dos eleitores (*issue voting; pocket-book voting*)<sup>17</sup>.

---

<sup>16</sup> Na tipologia de Goldthorpe, de inspiração weberiana, a separação dos encarregados e capatazes da *working class* surge como uma possibilidade que o autor deixa ao critério dos utilizadores, consoante queiram utilizar versões mais ou menos desagregadas. Mas, tendo em conta o impacto da opção de Heath *et al.* na avaliação do declínio do voto de classe, podemos concordar com a crítica de Kavanagh de que existe algum enviesamento metodológico nas apreciações produzidas.

<sup>17</sup> Voto com base nas *issues* económicas.

O estudo de Heath *et al.*, sem negar a importância de tais factores explicativos, relativiza-os e questiona os modelos exclusivamente centrados nas alterações da procura. Ao sublinharem o carácter irregular nos acréscimos da volatilidade eleitoral e no declínio do voto de classe, estes autores remetem para a necessidade de avaliar os impactos das mudanças propriamente políticas nas alterações das orientações dos eleitores, rejeitando os modelos exclusivamente centrados na procura eleitoral.

#### BIBLIOGRAFIA

- CAMPBELL, Angus *et al.*, (1960), *The American Voter*, Nova Iorque, Wiley.
- CURTICE, John (1994), «Great Britain: imported ideas in a changing political landscape», in *European Journal of Political Research*, n.º 25, pp. 267-286.
- CREWE, Ivor (1992), «Changing votes and unchanging voters», in *Electoral Studies*, vol. 11, n.º 4, pp. 335-346.
- DALTON, Russel J. (1988), *Citizen Politics in Western Democracies — Public Opinion and Political Parties in the United States, Great Britain, Germany and France*, New Jersey, Chatham House Publishers.
- DUNLEAVY, Patrick (1990), «Mass political behaviour: is there more to learn?», in *Political Studies*, vol. XXXVIII, n.º 3, pp. 453-469.
- ERIKSON, Robert, e GOLDTHORPE, John (1992), *The Constant Flux — A Study of Class Mobility in Industrial Societies*, Oxford, Clarendon Press.
- GAXIE, Daniel (dir.) (1985), *Explication du vote: un bilan des études électorales en France*, Paris, PFNSP.
- HEATH, Anthony (1986), «Comment on Dennis Kavanagh's 'How we vote now'», in *Electoral Studies*, vol. 5, n.º 1, pp. 29-30.
- HEATH, Anthony *et al.* (1991), *Understanding Political Change: the British Voter 1964-1987*, Oxford, Pergamon Press.
- KAVANAGH, Dennis (1986), «How we vote now», in *Electoral Studies*, vol. 5, n.º 1, pp. 19-28.
- LIPSET, S. M. (1992), *Consenso e Conflito*, Lisboa, Gradiva, 1992.
- MAYER, N., e PERRINEAU, P. (1992), *Les comportements politiques*, Paris, Armand Colin.
- SÄRLVIK, B., e CREWE, I. (1983), *Decade of Dealignment*, Cambridge, Cambridge University Press.